

Parlamentarismo = Participação Popular

Moema São Thiago

A aprovação do Parlamentarismo não só será a votação mais importante da Constituinte, mas será, também, das decisões políticas mais importantes e decisivas neste final de século.

Ao fazermos uma Constituição projetada para o futuro, não estamos pensando votar no Parlamentarismo casuisticamente, somente para esvaziar o Governo Sarney (pela sua ineficiência e incompetência). Não é a pessoa do Presidente que está em jogo, mas sim o presidencialismo, sistema de governo, e este é o melhor exemplo de fracasso de estabilidade democrática em nossa história.

A nossa história republicana demonstrou que os presidentes que tentaram mudar a modernização autoritária, como Vargas e Jango, foram aliados do poder exatamente porque combatiam a injustiça social em nosso país.

A grave crise política, social, econômica e financeira que o país vive exige a construção de um espaço democrático, para que possamos fazer as mudanças necessárias, e isto jamais poderá ser feito por uma só pessoa, por mais necessário ou por mais autoritário — messiânico, que seja.

A afirmação do Professor Hélio Jaguaribe é de um primor único, quando diz que é impossível na atual crise brasileira atribuir a uma mesma autoridade a dupla responsabilidade de assegurar a estabilidade das instituições e promover aceleradas mudanças sociais. Precisamos, sim, de estabilidade institucional, de estabilidade democrática. E não mais de golpes.

Precisamos, pois, do Parlamentarismo!

Precisamos, hoje, urgentemente, modificar o quadro de miséria social e de atraso, estabelecendo um sistema social mais justo e mais igualitário.

Necessitamos, sim, de um pacto social — a sua falta, até agora, tem prolongado perigosamente o processo de transição democrática. Será a Constituinte, votando o Parlamentarismo, como o melhor sistema e o que melhor se adapta ao Brasil, o que objetivamente criará as condições para que este pacto se concretize.

O Presidencialismo, na prática, é o coveiro dos partidos políticos. Fragiliza os partidos, tornando-os meramente eleitorais, onde o personalismo predomina e não há espaço estimulador para as idéias e clareza ideológica.

No Brasil, a fragilidade do quadro partidário agrava a desorganização da sociedade civil, conseqüentemente reduzindo a cidadania política.

O sistema parlamentar aposta no reavivamento da sociedade civil perante o Estado, postulando formas

mais ativas de inserção popular tanto no Executivo como no Legislativo.

A participação do povo também é mais direta e mais constante, acompanhando o trabalho do deputado ou senador. Os debates entre os parlamentares e os ministros serão constantes, diários, ficando o Governo sempre checado e com a opinião pública acompanhante e vigilante, proporcionando uma maior vinculação do parlamentar com seus eleitores e, como conseqüência, aumentando o poder do cidadão e fortalecendo a Democracia.

O Parlamentarismo é a valorização do cidadão, proporcionando maior participação na discussão de opções e caminhos, objetivando o verdadeiro controle da cidadania sobre o Estado.

Dizer que o Parlamentarismo extingue o voto direto é uma distorção. É manipulação. Na verdade, o Parlamentarismo fortalece o voto direto, pois o eleitor passa a ter 2 votos: — o de colocar e o de tirar um Governo, ou um parlamento que não cumpre suas promessas de campanha.

Argumentar que um presidente eleito com 50 milhões de votos não poderá governar e frustrará o povo é outra manipulação. Primeiro, porque: para um presidente eleito com 50 milhões de votos, se tem um congresso eleito por 150 milhões de votos; teremos, em vez de uma cabeça pensante, 560 cabeças pensando junto e tentando acertar.

A Constituinte, por seus avanços e conquistas sócio-políticas está sendo bombardeada pelas forças mais conservadoras e reacionárias, como também por uma pseudo-esquerda anacrônica.

Defender, sem reticências, a soberania e legitimidade da Constituinte é tarefa central de todos os democratas. Apostar na sua ilegitimidade ou incompetência para fixar a mudança do sistema de governo ou a fixação do mandato presidencial é trilhar o caminho do golpismo.

É importante o resgate da Democracia como valor universal e que não se limite ao estreito conceito liberal do voto de cada um, mas que daí parta para renovadas exigências de participação que conceba uma nova arquitetura na montagem do Estado, proporcionando um novo tipo de relacionamento deste com o conjunto da sociedade.

O Parlamentarismo, não será pois uma panacéia capaz de resolver os males sociais do Brasil, mas o ponto de partida para se pensar a Reforma do Estado indispensável à redefinição do paradigma autoritário de nossa modernização, sobretudo para a abertura de caminhos à construção da plenitude da cidadania para todos os brasileiros.

Moema São Thiago é deputada federal pelo PDT do Ceará